

Ata nº 36/2018/COMUM - Reunião Ordinária

Às quinze horas e trinta minutos do dia treze de setembro de dois mil e dezoito, reuniram-se na Casa dos Conselhos, situada na rua 1822, nº1510, centro de Balneário Camboriú – SC, em reunião ordinária, a diretoria e demais conselheiras, abaixo assinadas, do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher-COMUM: Ketlin da Rosa Talevi (Sec. Articulação); Claudineia Costa Wolf (Sec. Administração), Huanita Hadke (Conselho Tutelar), Patricia Castellem Strebe e Debora Zomer Gomes Veber (Biblioteca Bem Viver) Mariene de Sena Silva (CAAP), Mariza Zanoni Fernandes (ACESA), Ana Lucia Lodi (SEMEAR Diversidade), Fabiana Lehmkhul (Tecendo Direitos), Joseane de Souza (Psicointerage) e (Maristela Koche Rigueira (Rede Feminina). Justificaram ausência as conselheiras: Natalli Pazzini (SDIS), Sheila Fernandes e Suelen Roberta Pedroza (Sec. Transparência). Estiveram presentes ainda: Kelli Andrade (Casa das Anas) e Luana A. Carlli (GERAV). A vice-presidente Ana Lodi inicia a reunião que tem como pauta: 1) Leitura e Assinatura da ata anterior; 2) Apresentação dos dados sobre violência do GERAV; 3) Discussão sobre a Lei do COMUM; 4) Assuntos Gerais. Após análise prévia à reunião foi aprovada e assinada a ata correspondente à reunião ordinária anterior. Em seguida é feita a leitura dos documentos recebidos: Ofício convocando reunião de presidentes. Mariene fala sobre a Oficina de Empoderamento Feminino que aconteceu na UDESC, onde ela, David e Natalli se fizeram presentes, e diz ter sido enriquecedora, principalmente no que tange o papel da mulher na sociedade e também o fortalecimento dos espaços de pesquisa feitas por mulheres. Em seguida, Luana é convidada a apresentar os dados sobre violência do GERAV (Grupo Entrelaçando a Rede de Atendimento a Violência). Luana apresenta um breve contexto histórico, dizendo que o Grupo iniciou seus trabalhos em 2013, mas que em 2016 houve um período de hiato, sendo os trabalhos retomados em 2017. Diz ainda que o Grupo aguarda uma institucionalização a ser decretada pelo Prefeito, e que se assim fosse feito, seria efetivada a rede de atendimento. Luana explica que até 2016, o GERAV era voltado á questões de violência sexual e em 2017 iniciou estudos e levantamento de outros tipos de violência também e explica sobre os fluxos. Mariza questiona sobre fluxos e protocolos. Luana responde, dizendo que os protocolos são como manuais, e que o do GERAV estava em processo de construção, e quando quase finalizado, teve que passar por algumas modificações para de adequar a lei. Luana elucida também sobre a questão do hospital Ruth Cardoso e a capacitação dos profissionais para a rede de atendimento, e que quando muda a equipe, é necessário passar por uma capacitação nova. Mariza reforça a importância de ter esse protocolo de atendimento já em vigor. Patricia explica sobre como se dará o processo de terceirização do Hospital Ruth Cardoso e sobre o TRD (documento de referência). Ketlin fala que essa questão passou pela Controladoria. Luana fala sobre o ciclo de



mariene
ps
[assinatura]
[assinatura]
[assinatura]

atendimento, e que, se a vítima atendida passar por toda a rede prevista no protocolo, é recebido um recurso de R\$100,00 por atendimento. Diz ainda que foi feita uma pactuação a nível de ataque para as questões de combate a violência sexual, que desencadeiam toda uma série de fluxos. Huanita fala dos casos de automutilação que atende no Conselho Tutelar, e diz ser um número preocupante em adolescentes. Luana apresenta os dados sobre automutilação e que o levantamento é feita uma articulação com o CREAS. Luana apresenta dados sobre tentativa de suicídio, onde a maioria deles dá-se pela ingestão de drogas medicamentosas. Patricia reforça que é necessária a institucionalização sim do GERAUV, e sugere o encaminhamento de ofício ao prefeito, reforçando a importância e o apoio do COMUM. Huanita fala do caso de uma menina, vítima de violência autoprovocada, que evadiu-se do hospital, e tal caso não foi notificado ao Conselho Tutelar. Luana ressalta que há 48 casos de agravos de notificação na questão de violência autoprovocada, pois é algo que parte de outro tipo de violência. Luana ressalta ainda o número altíssimo de atendimentos de tentativa de suicídio e relata o caso de um rapaz, que está internado e que é reincidente neste tipo de violência. Patrícia questiona se eles têm um levantamento de quando a violência gera óbito; Luana responde que sim, mas estão em fase de levantamento dos dados. Ana Lodi questiona se há especificação se as vítimas são homossexuais, frisando que a população homossexual sofre muito com violência. Luana diz que sim, que no protocolo de atendimento têm especificado, mas que é um campo que preocupa o grupo, pois na maioria dos casos é dado como "campo ignorado" e que quando aparece, o Estado questiona também sobre os casos de HIV. Ana Lodi explica sobre a questão da banalização da população homossexual, ainda estigmatizada com as questões de HIV e AIDS. Luana fala que no sistema do SINAM não entra dados de suicídio e sim "mortalidade". Mariza questiona se os dados do CVV, que dizem que Balneário Camboriú, possui dados que mais que dobram a média nacional no caso de suicídio, Luana diz que sim, é um fato. Luana fala sobre o Programa Abraço a vida, que foi instituído sem articulação com a Secretaria da Saúde, o que acreditam ser necessárias ações conjuntas, já que os atendimentos darão se pelo CAPS. Luana fala que os atendimentos que chegam no Hospital Ruth Cardoso, de outros municípios da região, são encaminhadas as demandas para os municípios de origem da vítima, e que cerca de metade dos atendimentos no Hospital é de vítimas de fora de Balneário Camboriú. Diz ainda que o Programa Abraço possui poucos psiquiatras e psicólogos. Ana volta a temática do suicídio da população homossexual, trazendo dados alarmantes, onde 70% da população trans sofre de automutilação e tentativa de suicídio. Após esse debate, as Conselheiras decidiram que a discussão da Lei será feita na próxima reunião, pelo adiantar da hora. Ana Lodi traz a demanda do Programa Câmara Debate, que falou sobre violência contra a mulher, e na roda de debates entre os vereadores, não havia uma única mulher. Decidiu-se solicitar a gravação do programa, para o Conselho analisar e assim, poder embasar uma nota à Câmara de Vereadores e ao programa mencionado, reforçando também uma fala na Tribuna,

maurice
ps

B
Blaum
P

sobre a importância da mulher estar nesses espaços de discussão, para não haver apropriação dos "locais de fala". Sendo a pauta do dia finalizada e nada mais havendo a tratar, a Vice-Presidente deu por encerrada a sessão e eu, Mariene de Sena Silva, Secretária *ad hoc*, redigi esta ata, que vai assinada por mim e demais participantes.



Mariene de Sena Silva
Vice-Presidente